

RELATÓRIO FINAL

STATES OF THE FUTURE

Olhar para o passado, refletir sobre o presente
e cuidar dos desafios dos Estados no futuro



Organização:



Apoio:

OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

República.org

Realização:



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



RELATÓRIO FINAL

STATES OF THE FUTURE ▶▶

Olhar para o passado, refletir sobre o presente
e cuidar dos desafios dos Estados no futuro

EXPEDIENTE

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Ministra de Estado

Esther Dweck

Secretária-Executiva

Cristina Kiomi Mori

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

Secretário

Francisco Gaetani

Secretária-Adjunta

Celina Pereira

Chefe de Gabinete

Renata Anício Bernardo

Diretores

Frederico de Moraes Andrade Coutinho

Guilherme Alberto Almeida de Almeida

Henrique de Vilhena Portella Dolabella

Assessoria

Joselino Goulart Junior

Rafael Luiz Azevedo Almeida

Roberta Tiemi Saita

RELATÓRIO FINAL STATES OF THE FUTURE

Coordenação

Celina Pereira

Colaboraram nesta edição

Caio Favaretto

Francisco Gaetani

Frederico de Moraes Andrade Coutinho

Guilherme Alberto Almeida de Almeida

José Henrique Bortoluci

Marcela Garcia Corrêa

Michelle Fernandez

Norberto Montani Martins

Pedro Flores

Rafael Luiz Azevedo Almeida

Renata Anício Bernardo

Roberta Tiemi Saita

Editoração e tradução

Felipe Cordeiro (Editor de Revisão)

Aline Lopes Murillo (Tradução para Espanhol)

Lucas Bernardes e Aline Brancacci (Tradução
para Inglês)

Projeto gráfico e diagramação

Thiago Ansel

AGRADECIMENTOS

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) agradece ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pela parceria na realização do evento States of the Future.

O MGI estende seu agradecimento à Organização dos Estados Ibero-americanos e à Maranta Inteligência Política pela parceria na organização do encontro.

Por fim, cabe agradecer à Open Society Foundation e ao República.org por todo o apoio.





SUMÁRIO

STATES OF
THE FUTURE
Relatório final

10	O FUTURO A NÓS PERTENCE
14	APRESENTAÇÃO
20	PROGRAMAÇÃO
36	INTRODUÇÃO
42	DESAFIOS DO PRESENTE E DO FUTURO
66	O ESTADO COMO ATOR CENTRAL PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DO PRESENTE E DO FUTURO
72	CAPACIDADES ESTATAIS PARA O FUTURO
78	DIRETRIZES DE AÇÃO PARA UM FUTURO POSSÍVEL
94	O DIÁLOGO CONTINUA

O futuro a nós pertence

STATES OF FUTURE

Gil Tuchtenhagen



Conceber os Estados do futuro requer uma reflexão profunda sobre o presente.

Vivemos em um tempo em que os desafios não são poucos, nem pequenos. As desigualdades sociais e econômicas se multiplicaram, amplificando o descontentamento e o ressentimento com a representação política. A maior intensidade da transformação digital tem aprofundado assimetrias e trazido incertezas acerca do futuro do trabalho. A crise climática é uma infeliz realidade: eventos extremos já passaram a fazer parte do nosso dia a dia e está cada vez mais difícil lidar com o aumento da temperatura do planeta. Tensões geopolíticas afloram e a governança global tem tido dificuldades para fornecer respostas eficazes para a redução dos conflitos. Diante desses desafios, como moldar os Estados, as estruturas de governança e as políticas públicas?

As últimas décadas foram marcadas por um debate viesado e reducionista, que enxerga o Estado como um entrave ao desenvolvimento socioeconômico. Muitas vezes a discussão se restringiu ao tamanho do orçamento público - em especial, dos gastos - sem considerar

as múltiplas dimensões de atuação dos Estados e sua relação com as sociedades. Portanto, é preciso estimular o debate para seguirmos em frente. Não é possível permitir que o discurso da antipolítica se imponha, bloqueando o livre debate de ideias e o confronto de visões necessários para que a democracia avance.

Foi com o intuito de redefinir as bases desse diálogo que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) tomou a iniciativa de organizar o evento “States of the Future”, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), no âmbito do G20. Esta janela de atenção, em julho de 2024, proporcionou a mobilização de múltiplos atores, graças ao engajamento de instituições governamentais e da sociedade civil internacionais e nacionais. Nossos agradecimentos à Open Society Foundations, ao Instituto República, à Maranta Inteligência Política, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e à Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) pelas parcerias e colaborações que tornaram o evento possível.

Foram convidadas a participar do evento centenas de pessoas e organizações, com visões distintas e complementares, mas com uma coisa em comum: a vontade de construir um futuro melhor. Os debates tiveram como linha condutora as três prioridades do Brasil na presidência do G20: combate à fome, à pobreza e à desigualdade, desenvolvimento sustentável e reforma da governança global.

O texto a seguir reflete uma tentativa de sintetizar e de organizar os diversos diálogos e debates travados ao longo dos cinco dias de atividades, fornecendo não só uma memória das discussões, mas também as ideias construídas coletivamente pelos participantes. Em outras palavras, é um esforço de criação conjunta para pensar em novos caminhos a partir das experiências do passado e do presente.

Para formatar essas trilhas, é preciso trabalhar de forma inovadora, ecoando vozes diversas e somando esforços de diferentes instituições. Dentre as várias reflexões e conclusões, há uma lição transversal: a de que os Estados são essenciais para a criação e implementação de soluções para um futuro mais diverso, inclusivo, participativo, igualitário, sustentável e digital. Isso passa por fortalecer a democracia, a cooperação e o diálogo, reduzir desigualdades, garantir direitos, imaginar novas formas de governança, colocar a tecnologia a serviço das pessoas e concretizar a transição ecológica.

Os Estados precisam estar no centro dessa agenda, moldando um futuro que não deixa ninguém para trás.

Esther Dweck

Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços

Apresentação



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Entre 2023 e 2025, o G20, grupo das vinte maiores potências econômicas do mundo, terá sido presidido por três nações do Sul Global que têm ganhado destaque nas discussões internacionais sobre justiça social, modelos alternativos de desenvolvimento sustentável e nova governança global. Índia, Brasil e África do Sul, membros do BRICS, têm enfrentado o tema dos desafios atuais e futuros, colocando na mesa e fomentando o debate sobre novas soluções para dilemas comuns e desafios emergentes, a partir do olhar do Sul. O crescente protagonismo dos países em desenvolvimento nas decisões globais oferece uma oportunidade para repensar o que nos trouxe até aqui e como poderemos construir um novo amanhã.

Reunindo dois terços da população mundial, 85% do PIB global e 75% do comércio internacional, o G20 se firmou como um lugar estratégico para construir consensos e planejar ações globais. Em 2024, a presidência brasileira, seguindo o exemplo da Índia em 2023, destacou o potencial desse fórum multilateral como espaço central para decisões globais sobre desenvolvimento, estabilidade econômica e sustentabilidade.

A concepção de desenvolvimento sustentável, que inclui as dimensões econômica, social e ambiental, materializa-se como um dos três pilares que orientam a agenda proposta pelo Brasil na presidência do Grupo. Soma-se, assim, às outras duas prioridades da presidência brasileira: a reforma da governança global e o combate à pobreza e às desigualdades.

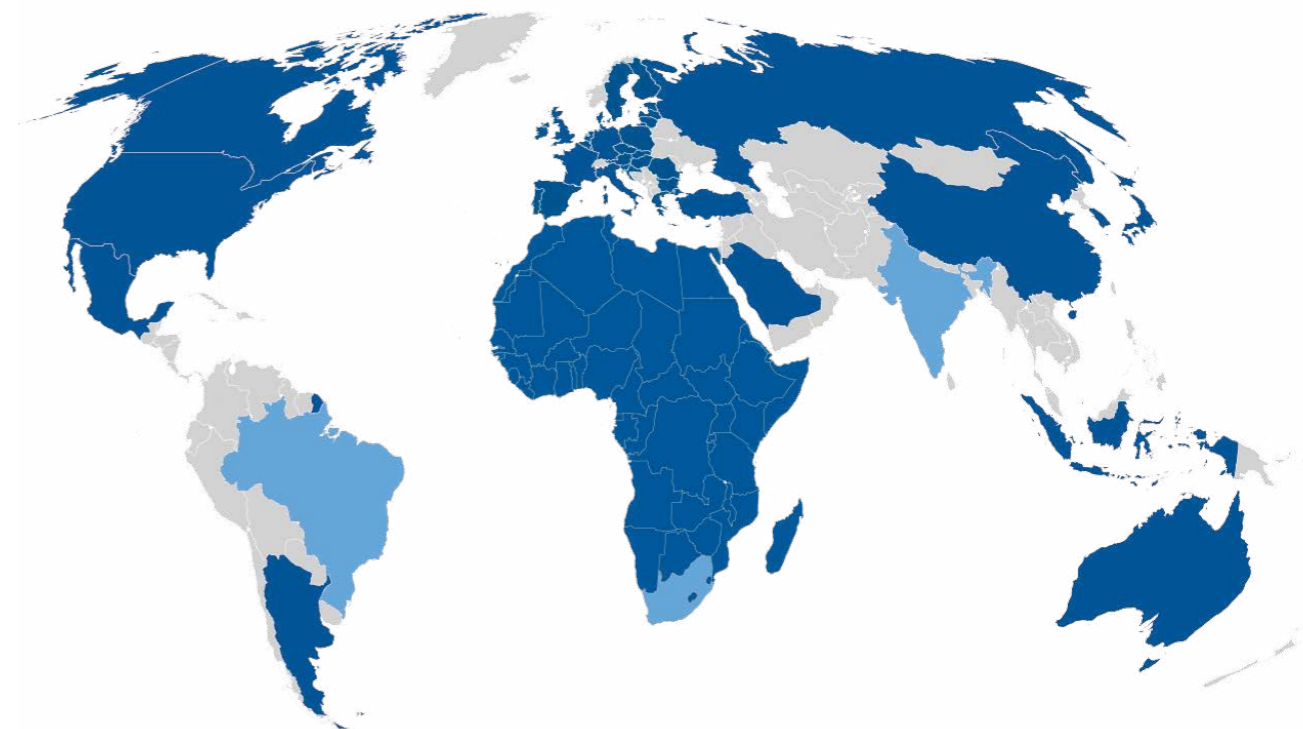
O G20 é estruturado em duas trilhas, a de Sherpas e a de Finanças¹. Cada uma delas é formada por grupos de trabalho que se encontram periodicamente e são compostos por representantes dos governos, organizações e especialistas convidados.

Trilha de Sherpas é o espaço das negociações diplomáticas e da definição da agenda da Cúpula, que em 2024 ocorrerá entre os dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro². O Grupo de Trabalho de Desenvolvimento têm ganhado notoriedade durante a presidência brasileira, uma vez que busca estabelecer uma agenda de inclusão social e redução das desigualdades. O Estado é um ator central nesse processo, mas que não tem recebido um necessário destaque que leve em conta suas funcionalidades e estruturas.

Se o Estado é um agente central para promoção do desenvolvimento e construção de um novo amanhã, é preciso, primeiramente, perguntar sobre os principais desafios desse horizonte futuro. Em suma, é preciso recorrer a reflexões paradoxalmente simples e profundas sobre onde estamos, para onde queremos ir e como iremos. Quais decisões e ações são necessárias para garantir uma transformação justa, equitativa e sustentável?

¹Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas>.

² A Cúpula reunirá líderes mundiais, ministros de finanças e chefes de bancos centrais de 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia), além da União Europeia e União dos Países Africanos.



Qual o papel do aparelho estatal no enfrentamento dos desafios do presente e do futuro? Que capacidades os Estados precisam ter para implementar as novas estruturas requeridas? Como construir e acionar essas capacidades?

Como forma de ecoar essas reflexões de forma qualificada e participativa, o States of the Future se constituiu como evento paralelo ao G20, reunindo uma coalizão diversificada de atores globais. Governos, think-tanks, sociedade civil, academia, setor privado e organismos internacionais foram mobilizados a compor um diálogo multidisciplinar e multissetorial sobre a reimaginação das capacidades estatais frente aos desafios emergentes do século XXI, especialmente aqueles relacionados ao desenvolvimento socioambiental, política industrial, direitos humanos e inclusão social.

O encontro, organizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), contou com uma programação aberta ao público amplo, de 22 a 24 de julho, e encontros com organizações da sociedade civil convidadas, entre os dias 25 e 26 de julho³.

Este documento sintetiza as principais contribuições de lideranças globais, como as ex-presidentes Dilma Rousseff (Brasil) e Michelle Bachelet (Chile), intelectuais como os economistas Mariana Mazzucato, Jeffrey Sachs e Ha-Joon Chang, a filósofa Denise Ferreira da Silva e autoridades nacionais e internacionais como as ministras Esther Dweck e Anielle Franco, o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, ex-chanceler ex-ministro da Defesa Celso Amorim (Brasil),

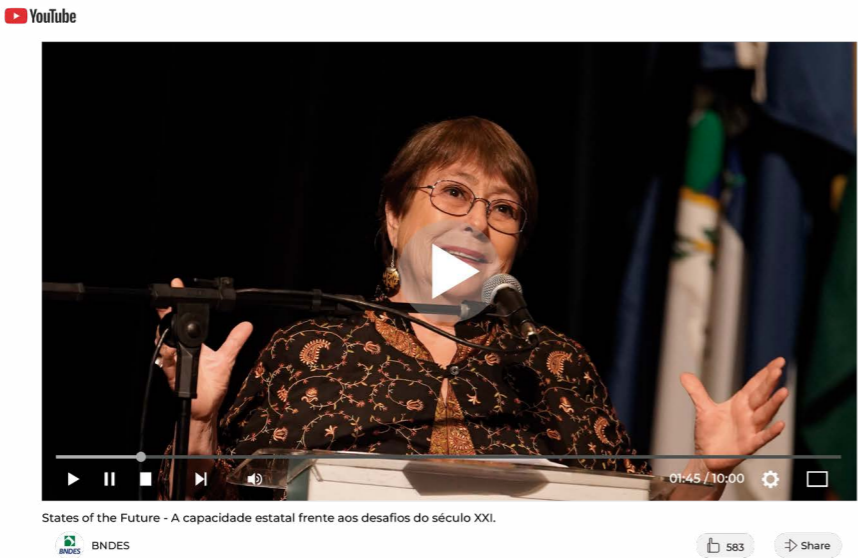


a ex-Vice Presidente da Costa Rica, Epsy Campbell e a ministra da Indústria, Inovação, Ciência e Tecnologia de Barbados, Marsha Caddle, entre outros.

O relatório inclui também propostas e visões de mais de 100 organizações da sociedade civil que compartilharam experiências sobre temas centrais para pensar os Estados do futuro: diversidade; trabalho no setor público; inovação pública e social; transformação digital; educação; saúde pública; política externa e, por fim, os rumos da democracia na contemporaneidade.

O States of the Future se dedicou a olhar para o passado, refletir sobre o presente e pensar na construção do futuro ao criar um espaço frutífero para que diversos atores sociais compartilhassem visões, estratégias e práticas inovadoras para enfrentar os desafios sociais, econômicos, políticos, climáticos e tecnológicos que se impõem no século XXI.

³Brasil (2024) Evento States of the Future, Transmissão online. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/calendario/eventos-paralelos/states-of-the-future>.





PROGRAMAÇÃO

22 A 26 DE JULHO DE 2024

22 DE JULHO DE 2024 | SEGUNDA-FEIRA | MANHÃ
LOCAL: AUDITÓRIO DO BNDES – AV. REPÚBLICA DO
CHILE, 100, CENTRO

9H30-10H30

ABERTURA

Moderadora: Thaís Bilenky, jornalista

Dilma Rousseff, ex-Presidenta do Brasil e presidenta do
Novo Banco de Desenvolvimento

Michelle Bachelet, ex-Alta Comissária das Nações
Unidas para os Direitos Humanos, ex-Diretora Executiva
da ONU Mulheres e ex-Presidenta do Chile

Esther Dweck, Ministra, Ministério da Gestão e da
Inovação em Serviços Públicos

Anielle Franco, Ministra, Ministério da Igualdade Racial

Aloizio Mercadante, Presidente, Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Marcos Athias Neto, Organização das Nações Unidas -
ONU; Administrador Assistente, Programa das Nações
Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

10H30-11H45

CONFERÊNCIA MAGNA

Moderadora: Thaís Bilenky, jornalista

Denise Ferreira da Silva, Professora da Cadeira Samuel
Rudin em Humanidades e co-diretora do Critical
Racial and AntiColonial Study Co-Laboratory, New York
University

Mariana Mazzucato, copresidente do Grupo de Peritos do
Grupo de Trabalho do G20 para uma Mobilização Global
contra as Mudanças Climáticas, professora na University
College London - UCL, Diretora Fundadora do Instituto
para Inovação e Propósito Público - IIPP

11H50-12H

ENCERRAMENTO

Moderadora: Thaís Bilenky, jornalista

Rodrigo Rossi, Chefe da Representação da Organização
dos Estados Ibero-americanos - OEI no Brasil

22 DE JULHO DE 2024 | SEGUNDA-FEIRA | TARDE

LOCAL: GALPÃO DA CIDADANIA (GAMBOA)

EVENTO FECHADO | Acesso restrito a integrantes do
Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20

14H-14H30

PALAVRAS DE ABERTURA

Moderadora: Patrícia Campos Mello, jornalista

Esther Dweck, Ministra, Ministério da Gestão e da
Inovação em Serviços Públicos

Mauro Vieira, Ministro, Ministério das Relações Exteriores

14H-15H	<p>LANÇAMENTO - PNUD SIGNALS SPOTLIGHT 2024</p> <p>Moderadora: Patrícia Campos Mello, jornalista</p> <p>Marcos Athias Neto, Secretário-Geral Assistente, ONU; Administrator Assistente, PNUD</p>		<p>Laura Carvalho, Diretora Global de Prosperidade Econômica e Climática, Open Society Foundations; Professora Associada, Universidade de São Paulo - USP</p> <p>Mariana Mazzucato, Diretora-fundadora, Instituto para Inovação e Propósito Público - IIPP/UCL</p>
15H-17H	<p>PAINEL - REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL DO FUTURO: INOVAÇÃO PARA REDUÇÃO DE DESIGUALDADES</p> <p>Moderadora: Patrícia Campos Mello, jornalista</p> <p>José Antonio Ocampo, Professor, Columbia University</p> <p>José Graziano da Silva, Diretor-Geral, Instituto Fome Zero; ex-Diretor-Geral, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)</p> <p>Jurema Werneck, Diretora-Executiva, Anistia Internacional Brasil</p> <p>Lívia Sant’Ana Vaz, Promotora de Justiça, Ministério Público da Bahia</p> <p>Natalia Winder-Rossi, diretora global de Política e Proteção Social do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)</p>		<p>23 DE JULHO DE 2024 TERÇA-FEIRA MANHÃ LOCAL: AUDITÓRIO DO BNDES – AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, CENTRO</p>
		9H30-10H	<p>ABERTURA</p> <p>Miriam Belchior, Secretária-Executiva, Casa Civil, Presidência da República</p> <p>Tereza Campello, Diretora Socioambiental, BNDES</p>
		10H-10H40	<p>CONFERÊNCIA MAGNA</p> <p>Moderadora: Helena Tenório, Diretora, BNDES</p> <p>Ha-Joon Chang, Professor, SOAS University of London</p>
17H-19H	<p>PAINEL - CONSTRUINDO CAPACIDADES ESTATAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</p> <p>Moderadora: Patrícia Campos Mello, jornalista</p> <p>Giovanni Dosi, Professor, Scuola Superiore Sant’Anna</p> <p>Ha-Joon Chang, Professor, SOAS University of London</p> <p>Helena Lastres, Pesquisadora Associada, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ</p>	10H45-11H30	<p>PAINEL: AGENDA GLOBAL DO FINANCIAMENTO E TAXAÇÃO</p> <p>Moderador: Nelson Barbosa, Diretor, BNDES</p> <p>Jose Antonio Ocampo, Columbia University</p>

12H-12H30**PAINEL: DESAFIOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL DO SÉC XXI**

Moderador: Marco Aurélio Crocco, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Fiona Tregenna, University of Johannesburg

Giovani Dosi, Scuola Superiore Sant'Anna

23 DE JULHO DE 2024 | TERÇA-FEIRA | TARDE
LOCAL: AUDITÓRIO DO BNDES – AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, CENTRO

14H-14H30**PAINEL - DESIGUALDADE NA ECONOMIA MUNDIAL NEOLIBERAL**

Moderador: André Roncaglia, Professor, Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

James Galbraith, Professor, University of Texas at Austin (online)

14H30-15H**PAINEL - DESAFIOS DE SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XXI**

Moderadora: Adriana Abdenour, Assessora Especial da Presidência da República

Jeffrey Sachs, Professor, Columbia University (online)

15H-15H30**PAINEL - DESAFIOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NO PÓS-COVID**

Moderadora: Adriana Amado, Universidade de Brasília - UnB

Richard Kozul-Wright, Diretor da Divisão de Globalização e Estratégias de Desenvolvimento, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD

15H30-16H30**PAINEL - ARQUITETURA FINANCEIRA INTERNACIONAL**

Moderadora: Lavinia Barros de Castro, Comitê de Assuntos Estratégicos, BNDES

Jan Kregel, New School of Social Research and Tallin Technological University

16H30-17H30**PAINEL - DESAFIOS DE POLÍTICA ECONÔMICA EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

Moderador: Gabriel Aidar, Diretor Adjunto, BNDES

Amir Lebdioui, Professor Associado, Oxford University

Martin Rapetti, Professor, Universidad de Buenos Aires

17H30-18H30**PAINEL - RUMO A UM PARADIGMA DE ESTABILIZAÇÃO PÓS-NEOLIBERAL**

Moderador: Carlos Pinkusfeld, UFRJ e Centro Celso Furtado

Nelson Barbosa, Diretor, BNDES

Isabella Weber, Professora, University of Massachusetts Amherst (Online)

24 DE JULHO DE 2024 | QUARTA-FEIRA | MANHÃ
LOCAL: AUDITÓRIO DO BNDES – AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, CENTRO

9H30-10H

PAINEL - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PAPEL DO ESTADO

Moderadora: Tereza Cruvinel, jornalista

João Paulo Capobianco, Secretário-Executivo, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Letícia Leobet, Assessora Internacional, Geledés – Instituto da Mulher Negra

Per Fredrik Pharo, Diretor de Clima e Meio Ambiente, Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento – Norad

Rafael Dubeux, Secretário-Executivo Adjunto, Ministério da Fazenda

Svetlana Klimenko, Líder Global para Finanças Sustentáveis, Banco Mundial

Thelma Krug, ex-Vice-presidente, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC

10H-12H

24 DE JULHO DE 2024 | QUARTA-FEIRA | TARDE
LOCAL: AUDITÓRIO DO BNDES – AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, CENTRO

PAINEL - TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO NO SÉCULO XXI

Moderador: Bernardo Mello Franco, jornalista

Conrado Ramos, Secretário-Geral, Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD

Esther Dweck, Ministra, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Geraldine Fraser-Moleketi, Presidenta, Thabo Mbeki Foundation

José Luis Escrivá, Ministro, Ministério para a Transformação Digital e da Função Pública da Espanha

14H-15H50

PAINEL – NOVA GOVERNANÇA GLOBAL: A VOZ DO SUL

Moderador: Bernardo Mello Franco, jornalista

Michelle Bachelet, ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ex-Diretora Executiva da ONU Mulheres e ex-Presidenta do Chile

Carlos Correa, Diretor Executivo, The South Centre

Celso Amorim, Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil

Epsy Campbell Barr, Presidenta, Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU

Tonika Sealy-Thompson, Embaixadora de Barbados no Brasil

Pedro Abramovay, Vice-presidente de Programas, Open Society Foundations

Silvio Almeida, Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

15H50-16H10

ENCERRAMENTO DA PARTE 1 E ANÚNCIO DA PARTE 2

Moderador: Bernardo Mello Franco, jornalista

Cristina Mori, Secretária Executiva, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Francisco Gaetani, Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

25 DE JULHO DE 2024 | QUINTA-FEIRA | MANHÃ

LOCAL: BNDES – AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, CENTRO

SEMINÁRIOS E MESAS DE DIÁLOGO SOCIAL
SIMULTÂNEOS

16H10-18H

MESA DE DIÁLOGO - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL:
INOVAÇÕES E DESAFIOS

Coordenador: Rodrigo Assumpção, Presidente, Dataprev

Astha Kapoor, Cofundadora, Aapti Institute

Fernando Filgueiras, Professsor associado, Universidade Federal de Goiás - UFG

Helen Margetts, Professora, Oxford University; Diretora de Políticas Públicas, Instituto Alan Turing para Ciência de Dados e Inteligência Artificial

María Luz Rodríguez, Professora, Universidad de Castilla-La Mancha – UCLM

Nina da Hora, Fundadora, Instituto da Hora

Rogério Mascarenhas, Secretário de Governo Digital, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Mediador: Danilo Bertazzi, Chefe da Assessoria Especial de Cooperação Federativa em Gestão e Governo Digital, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

9H-12H

MESA DE DIÁLOGO – DIVERSIDADE E INCLUSÃO PARA O
VERDADEIRO DESENVOLVIMENTO

Coordenadora: Daniela Gorayeb, Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Alejandra Faúndez, Diretora Regional para a América latina, Consultoria Inclusión y Equidad

Bianca Santana, Diretora Executiva, Casa Sueli Carneiro

Carolina Almeida, Associada, Geledés Instituto da Mulher Negra

Cristiane Pankararu, Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA

James Green, Professor, Brown University

Rene Silva, Fundador e Editor-chefe do Voz das Comunidades

Mediador: Jairo Marques, jornalista, Folha de São Paulo

25 DE JULHO DE 2024 | QUINTA-FEIRA | TARDE
LOCAL: BNDES – AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, CENTRO
SEMINÁRIOS E MESAS DE DIÁLOGO SOCIAL
SIMULTÂNEOS

14H-17H

MESA DE DIÁLOGO - FUTURO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

Coordenador: **José Celso Cardoso Jr.**, Secretário de Gestão de Pessoas, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Carlindo Rodrigues de Oliveira, Camargos Rodrigues - Consultoria em Economia e Relações Trabalhistas

Felipe Melo, Secretário, Secretaria de Serviço Público, Chile

Guido Bertucci, Diretor Executivo, Governance Solutions International

Luciana Cingolani, Professora Assistente, Hertie School

Mediador: **José Lopez Feijóo**, Secretário de Relações de Trabalho, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MESA DE DIÁLOGO - INOVAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL

Coordenadora: **Elisa Leonel**, Secretária de Coordenação e Governança de Empresas Estatais, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Giselle Sakamoto Souza Vianna, Diretora Substituta de Novas Economias, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Jeroo Billimoria, cofundadora, Catalyst 2030

Juha Leppänen, Executivo-Chefe, Demos Helsinki, cofundador do Institutional Architecture Lab

Lorrayne Porciúncula, Co-fundadora e Diretora-Executiva, The Datasphere Initiative

Roberto Pojo, Secretário de Gestão e Inovação, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Silvana Bahia, Codiretora executiva, Olabi

Zarah Bruhn, Comissária para Inovação Social, Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha

Mediador: **Cilair Rodrigues de Abreu**, Secretário de Serviços Compartilhados, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

26 DE JULHO DE 2024 | QUINTA-FEIRA | MANHÃ
LOCAL: BNDES – AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, CENTRO
SEMINÁRIOS E MESAS DE DIÁLOGO SOCIAL SIMULTÂNEOS

9H-12H

MESA DE DIÁLOGO – TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Coordenadora: **Betânia Lemos**, Presidenta, Escola Nacional de Administração Pública - Enap

Cristovam Buarque, membro do Conselho de Administração, The South Centre

Evânio Antônio de Araújo Júnior, Secretário de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais, Ministério da Educação

Nuno Crato, Professor, Universidade de Lisboa; ex-ministro de Educação e Ciência de Portugal

Priscila Cruz, Presidenta, Todos Pela Educação

Ricardo Henriques, Superintendente-Executivo, Instituto Unibanco

Sônia Guimarães, Professora, Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA

Mediadora: Gecilda Esteves Silva, Diretora-Geral Adjunta, Arquivo Nacional, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MESA DE DIÁLOGO – DE OLHO NA SAÚDE PÚBLICA DO FUTURO

Coordenador: Rafael Almeida, Gerente de Projeto, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Emanuele Sapienza, Líder global – Esfera pública aberta e inclusiva, PNUD

Adriano Massuda, Secretário de Atenção Especializada, Ministério da Saúde

Jonas Brant, Professor, UnB

Marcia de Castro, Professora de Demografia, Escola de Saúde Pública da Harvard University

Socorro Gross, Representante no Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/Brasil

Mediadora: Lena Peres, Conselheira da Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH

14H-17H

26 DE JULHO DE 2024 | QUINTA-FEIRA | TARDE
LOCAL: BNDES – AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, CENTRO
SEMINÁRIOS E MESAS DE DIÁLOGO SOCIAL SIMULTÂNEOS

MESA DE DIÁLOGO – FUTURO DO ESTADO E DA DEMOCRACIA

Coordenador: Adauto Modesto, Secretário-Executivo Adjunto, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Clara Mattei, Professora, the New School for Social Research

Clarems Endara, Secretário Permanente, Secretaría Permanente del Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe – SELA

Denilson Coêlho, Professor, UnB

Mônica Sodré, Senior Fellow, Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Nick Zimmerman, Fundador, Dinâmica Americas

Norberto Montani Martins, Assessor Especial, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Eloy Terena, Secretário Executivo, Ministério dos Povos Indígenas

Mediadora: Patricia Sousa, Chefe de Gabinete da Ministra de Estado, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MESA DE DIÁLOGO – POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Coordenador: Gustavo da Cunha Westmann, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais da Secretaria-Geral da Presidência da República

Graciela Rodriguez, Coordenadora, Instituto Eqüit

Vanessa Dolce de Faria, Assessora Especial, Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Wânia Santanna, Coalizão de Negros e Negras por Direitos

José Henrique Bortoluci, sócio-fundador, Maranta Inteligência Política

Mediador: Fabrício Prado, Ministério das Relações Exteriores do Brasil



Introdução

Gil Tuchtenhagen

O futuro é uma esperança que se constrói no presente. No entanto, o século XXI tem desafiado nossa própria capacidade de planejar o futuro. Os anos de 2023 e 2024 foram os mais quentes dos últimos 170 anos⁴, e a Organização Mundial Meteorológica tem alertado que as temperaturas altas (entre 40 e 50 graus) serão cada vez mais comuns⁵.

O mundo já atingiu pontos de não retorno do aumento da temperatura global. Segundo o Painel Intergovernamental das Nações Unidas para Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês)⁶, a temperatura média global atingiu nos últimos 12 meses o patamar de 1,3 °C acima da média pré-industrial de 1850–1900.

Associado a isso, 1,2 bilhão de um total de 6,1 bilhões de pessoas (pouco mais de 19%) vivem em pobreza multidimensional extrema em 111 países, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁷. O órgão das Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estima que 735 milhões de pessoas passam fome no mundo (1 em cada 10 pessoas), o que coloca em risco as metas de desenvolvimento

⁴Copernicus (2024), Summer 2024. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/copernicus-summer-2024-hottest-record-globally-and-europe>.

⁵Disponível em: <https://worldweather.wmo.int/pt/home.html>.

⁶IPCC (2023). Climate Change 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf.

sustentável de erradicar a fome até 2030, uma vez que, mantida essa tendência, cerca de 530 milhões seguirão desnutridas até o final da década⁷.

Em 2024, o mundo assistiu a mais de 30 guerras e conflitos armados que têm gerado destruição, violações de direitos humanos, deslocamentos compulsórios e uma profunda cisão do espaço internacional. São milhões de pessoas deslocadas, milhões de vítimas e diversos casos de abusos e violações perpetrados em distintas zonas de guerra⁸. **As crises são múltiplas, se interseccionam e se retroalimentam. A palavra 'policrise' se popularizou em função dessa realidade, cuja complexidade e imprevisibilidade se tornaram lugares-comuns.**

Nesse contexto, o States of the Future buscou reforçar a centralidade do compromisso dos Estados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Adotados pelas Nações Unidas em 2015, tais parâmetros servem como um chamado universal para erradicar a pobreza, proteger nosso planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030.

A natureza integrada desses objetivos e as múltiplas crises que têm abalado a sociedade contemporânea demonstram como os desafios para o pleno desenvolvimento estão interconectados e que cada sucesso no atingimento de determinados objetivos influencia os resultados no cumprimento de outros; portanto, contribui para a garantia de direitos.

O papel dos governos muda de acordo com os contextos históricos. No século XX, o Estado moderno se consolidou a partir da premissa de que sua responsabilidade é zelar

pelo bem-estar da sociedade, prover serviços públicos e garantir direitos civis, sociais, econômicos e políticos. Esse processo é dinâmico e está em constante evolução, uma vez que as demandas, prioridades e preferências mudam com o tempo e de acordo com as conjunturas políticas internacionais e territoriais. Isso tudo está em xeque hoje.

A chegada do século XXI adicionou novas camadas de complexidades e incertezas a esses desafios. Às questões sociais e políticas que atravessam tempos históricos, novas demandas se lançam, sobretudo, com os acelerados processos de mudança climática e transformação digital. Nesse novo contexto, os Estados são vistos como plataformas conectadas a múltiplos atores públicos, privados, do terceiro setor e internacionais. Assim, governos passaram a ser pressionados e cobrados a garantir serviços públicos de qualidade e a se organizar de modo que seu corpo seja representativo da sociedade.

O Estado não é — e não pode se transformar em — uma entidade isolada e distante da vida das pessoas. Compreender esse aspecto é crucial para entender limites, possibilidades e responsabilidades na moldagem das suas próprias engrenagens e na promoção das mudanças necessárias. Sendo assim, o processo de transformação dos Estados requer esforços coletivos, bases de construção do mundo compartilhadas e construção de convergências. Isso exige também uma nova visão de futuro, novas formas de processar conflitos e uma reavaliação das aspirações e expectativas das sociedades com relação ao desenvolvimento de seus respectivos países.

⁷ PNUD (2023). Índice Global de Pobreza Multidimensional. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/2022-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>.

⁸ FAO (2023). Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/07/1138612>.

⁹ Anistia Internacional (2024). O estado dos direitos humanos no mundo. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2024/04/relatorio-global-da-anistia-internacional-destaca-uso-excessivo-e-desnecessario-da-forca-no-brasil.pdf>.



Os Estados do futuro demandam modelos mais inclusivos, dinâmicos, sustentáveis, eficientes, responsivos e justos. Este relatório traz debates essenciais sobre as mudanças necessárias nessa direção. Na seção 1, são apresentados os dez principais desafios surgidos nas discussões do evento States of the Future. Em seguida, a seção 2 destaca o papel do Estado diante desses desafios. A seção 3 aponta as capacidades estatais necessárias para a promoção de um desenvolvimento sustentável. A seção 4, por sua vez, indica as diretrizes fundamentais que devem guiar as ações estatais para a construção de um futuro possível. Já a quinta e última seção organiza os aprendizados e sugere caminhos para a continuidade do diálogo.



Desafios do presente e do futuro

Pexels/rcastro-creative

Especialistas têm alertado que estamos vivendo um estado de múltiplas crises que promovem transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas tanto **no presente** como **no futuro**. Aqui, listam-se os principais desafios que foram compartilhados durante o evento States of the Future.

Crise climática

A crise climática compromete não apenas o futuro, mas também impacta severamente o presente de milhões de pessoas. Mesmo com as políticas e metas atuais de mitigação de emissões, segundo a Organização das Nações Unidas, o mundo segue caminhando para o aumento de mais de 3 graus Celsius na temperatura global — o dobro do limite estipulado pelo Acordo de Paris¹⁰. Em 2019, o IPCC anunciou que estávamos a 1,1 graus acima dos padrões pré-industriais; em 2024¹¹, os dados sinalizam um aumento de 1,3 °C, com perspectivas de um aumento para taxas acima de 1,5 °C em poucos anos. Conforme expresso por Ha-Joon Chang¹², “a crise climática é o que diferencia o nosso tempo, estamos correndo contra o tempo”.

¹⁰ ONU (2020). Emissions Gap Report. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/34438/EGR20ESE.pdf?sequence=25>.

¹¹ IPCC (2022). Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/>.

¹² Ha Joon Chang participou do painel “Construindo Capacidades Estatais para o Desenvolvimento Econômico” do evento States of the Future.

¹³Thelma Krug participou do painel "Desenvolvimento Sustentável e o Papel do Estado" do evento States of the Future.

¹⁴IPCC (2023). Mudança do Clima 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf.

¹⁵IPCC (2022). Six Assessment Report: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>.

¹⁶Oxfam (2023). Igualdade Climática: um Planeta para os 99%. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-climatica-e-amazonia/igualdade-climatica-um-planeta-para-os-99/>.

Na mesma direção, Thelma Krug¹³ realça que o aumento da temperatura não se distribui igualmente e uniformemente em todo o planeta. A crise climática é um desafio global, mas que tende a onerar os mais pobres e expor os mais vulnerabilizados aos maiores riscos e danos. Nesse sentido, estima-se que os eventos extremos poderão reduzir a renda mundial em cerca de 19% até 2050¹⁴.

As mulheres, crianças, comunidades tradicionais, idosos e pessoas negras são reconhecidos pela Organização das Nações Unidas como as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, uma vez que já enfrentam barreiras no acesso a direitos fundamentais, como água, renda e saneamento básico, tornando-se assim menos resilientes aos potenciais danos¹⁵. Não obstante, um relatório da Oxfam (2023)¹⁶ expôs que os 10% mais ricos do mundo são os maiores responsáveis pelo agravamento da crise climática, emitindo 49% dos gases de efeito estufa, enquanto os 10% mais pobres emitem apenas 1%.

Ademais, a crise climática está sendo vivenciada em paralelo a uma duradoura crise econômica global. As metas estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não estão sendo alcançadas. Os balanços globais derivados do Acordo de Paris (2015), em que novos parâmetros foram criados para a mitigação climática, mostram que há lacunas de financiamento e de ações por parte dos Estados para cumprir suas ambições climáticas. Em conjunto, os países do G20 apresentaram mais de 1.600 políticas climáticas nacionais em vigor em dezembro de 2019, mas que seguem sendo insuficientes para frear a atual crise em curso¹⁷.

As economias do G20 são responsáveis por cerca de 85% do PIB global e 80% das emissões de gases de efeito estufa em todo o mundo¹⁸. Portanto, as ações do grupo são essenciais tanto para reduzir as emissões globais de combustíveis fósseis quanto para apoiar a transição energética e as medidas de adaptação em países subdesenvolvidos.

"A emergência climática é a emergência do mundo atual — é existencial. Mesmo para as pessoas que tenham recurso para proteger a todos — o clima não sabe quem você é. O clima afeta as pessoas. É uma emergência global com a qual a atual governança global não foi criada para lidar." (Tonika Sealy-Thompson, Embaixadora de Barbados, participou do Painel "Nova Governança Global: a Voz do Sul" do evento States of the Future)

Aumento das desigualdades socioeconômicas e da pobreza

A tendência de estagnação dos indicadores sociais, mesmo após uma década de melhorias (entre 2010–2020), é um reflexo claro da persistência da pobreza e da exclusão social. Mais de 11% da população mundial vive sob estado de pobreza e cerca de 1 bilhão de crianças e adolescentes sofrem com a pobreza multidimensional, que inclui a falta de acesso à educação, aos bens e serviços de saúde, à alimentação e à renda¹⁹. Nesse contexto, é preciso ter em mente que a taxa de pobreza entre as crianças é de 27,7%, enquanto entre os adultos é de 13,4%²⁰. Entre 2010 e 2020, a fortuna dos cinco bilionários mais ricos do mundo dobrou, enquanto 60% da população global ficou mais pobre²¹. Além disso, mais

¹⁷Nascimento, L., Kuramochi, T., Iacobuta, G., den Elzen, M., Fekete, H., Weishaupt, M., ... & Höhne, N. (2022). Twenty years of climate policy: G20 coverage and gaps. *Climate policy*, 22(2), 158-174.

¹⁸Disponível em: [Climate change to dominate G20 summit amid policy differences - La Prensa Latina Media](#).

¹⁹PNUD (2023). Índice Global de Pobreza Multidimensional. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/2022-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>.

²⁰Ibidem.

²¹Oxfam (2024). Desigualdade S.A. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>.

de 40% das pessoas pobres no mundo não têm acesso à água potável e ao saneamento.

A persistência da pobreza ameaça os direitos humanos, uma vez que está ligada à persistência da exclusão social.

Em nível global, mulheres, crianças, idosos, comunidades tradicionais, povos indígenas e grupos racializados representam desproporcionalmente as pessoas em estado de múltiplas carências. A cada dez mulheres no mundo, uma encontra-se em situação de pobreza, enquanto a cada dez pessoas analfabetas, sete são mulheres²². Não obstante, há anos a ONU tem defendido que a pobreza é feminina e que ações para combatê-la devem ser transversais e permeáveis à igualdade de gênero — bem como à igualdade racial. Os povos indígenas, que representam 6% da população mundial, ou cerca de 460 milhões de pessoas, respondem por 19% da população em situação de pobreza no mundo e têm uma expectativa de vida 20 anos menor do que uma pessoa não indígena²³.

Além disso, o cenário atual, impulsionado pela desestruturação das cadeias de suprimento devido à pandemia, às guerras e aos eventos climáticos extremos, demonstra uma tendência de inflação em produtos de primeira necessidade, como alimentos. Isso afeta desproporcionalmente as famílias de baixa renda e os países em desenvolvimento, que destinam uma parte maior de seus rendimentos a esses bens essenciais.

Pobreza de renda, em essência, significa que grande parte do rendimento é destinada ao consumo básico. Quando os preços dos alimentos aumentam, os mais

vulneráveis sofrem mais. Como exposto anteriormente, em 2023, estimou-se que 733 milhões de pessoas no mundo estavam em situação de fome, um cenário que permanecerá crítico se nenhuma ação for tomada até 2030, ano para o qual os especialistas projetam a manutenção de mais de meio bilhão de pessoas em estado de insegurança alimentar²⁴.

“O desenvolvimento sustentável é um conceito que se estabelece no tripé: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Quero adicionar a esta base a promoção de uma vida digna para todas as pessoas. Crescimento econômico alinhado a uma projeção de futuro possível, considerada a proteção do meio ambiente, significa de forma indisponível que tragamos para o centro da proteção da vida a todas as pessoas. Precisamos observar as desigualdades sociais não como um pano de fundo mas como o centro. (...) As violências que limitam a vida e os direitos básicos não são dados frios em relatórios, bem como o impacto das mudanças climáticas não são transitórios ou problemas do futuro.”(Anielle Franco, ministra de Igualdade Racial do Brasil, participou da Mesa de Abertura do evento States of the Future)

As falhas dos Estados em cumprir compromissos internacionais relacionados aos direitos humanos e à mitigação da crise climática demonstram a necessidade urgente de uma abordagem renovada e mais eficaz. Um Estado imprestável corre o risco de se transformar em um Estado descartável.

²² ONU Mulheres (2022). Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/a-cada-10-mulheres-no-mundo-1-vive-na-extrema-pobreza/>.

²³ ONU (2024). Data and Indicators on Indigenous People. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/mandated-areas1/data-and-indicators.html>.

²⁴ FAO (2023). Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/07/1138612>.

Desestruturação dos sistemas de proteção social

Os sistemas de proteção social são um apoio fundamental na luta contra a desigualdade e a pobreza. Os mecanismos de garantias sociais que surgiram no século XX, como as pensões, o seguro de desemprego e os cuidados de saúde universais, foram concebidos para proporcionar uma rede de segurança contra as incertezas da vida cotidiana. Os desafios atuais, como a crescente globalização, as transformações demográficas, econômicas, tecnológicas, climáticas, o recorrente subfinanciamento e a recente pandemia de Covid-19, revelaram várias limitações dos sistemas tradicionais de proteção social.

Diversos acontecimentos na última década exacerbaram as desigualdades existentes e sublinharam a necessidade de se repensar e reforçar o papel do Estado na construção de redes de segurança social mais inclusivas e resilientes. Em vários países, ainda têm-se construído uma falsa dicotomia entre universalização e focalização, equívocos conceituais que drenam capital político dos segmentos reformistas em várias regiões do mundo.

Nas últimas décadas, os sistemas de proteção social têm sido amplamente reconhecidos por seu impacto positivo no alívio da pobreza, no aumento da segurança alimentar e na melhoria dos indicadores educacionais. Além disso, contribuem para que as famílias vivam com mais dignidade e ajudam a reduzir a violência interpessoal.

Há evidências do valor e efeito multiplicador desses programas de seguridade social para que muitas famílias se recuperem das crises e adversidades. Um desafio

que permanece é a universalização do acesso desses sistemas. No mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde²⁵, estima-se que três em cada dez pessoas não têm condições financeiras de buscar atendimento médico e metade da população mundial não tem acesso à saúde.

Os programas de transferência condicionada de renda, que já foram globalmente difundidos nas primeiras décadas do século XXI, têm sido frequentemente descontinuados, sobretudo em países do Norte Global. Isso lança um alerta sobre a continuidade desse tipo de iniciativa, que é crucial para a garantia dos bens e serviços fundamentais para milhões de pessoas no mundo.

Nos últimos 30 anos, as despesas sociais na América Latina se mantiveram estáveis, promovendo avanços em áreas como educação e saúde. Contudo, os indicadores de redução da pobreza, redistribuição de renda e diminuição das desigualdades de gênero e raça ainda precisam melhorar significativamente. Além disso, uma realidade nefasta se impõe na comparação internacional: os países com maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade são justamente os que padecem de maiores dificuldades para aumentar os gastos e ampliar direitos. Isso representa um obstáculo contínuo para a expansão e consolidação dos sistemas de proteção social.

²² ONU Mulheres (2022). Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/a-cada-10-mulheres-no-mundo-1-vive-na-extrema-pobreza/>.

²³ ONU (2024). Data and Indicators on Indigenous People. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/mandated-areas1/data-and-indicators.html>.

²⁵ WHO (2023). Universal health coverage. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/universal-health-coverage-\(uhc\)](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/universal-health-coverage-(uhc)).

Conflitos e tensões geopolíticas: o impacto das guerras hoje e amanhã

Em 2023, mais de 100 milhões de pessoas, segundo a Organização das Nações Unidas, foram deslocadas compulsoriamente de seus territórios em decorrência de guerras. A persistência de mais de 30 conflitos armados no mundo tem desafiado a garantia dos direitos humanos em diversos países, sendo as populações mais vulneráveis, como crianças e mulheres, desproporcionalmente afetadas.

O espaço de construção de consenso e de soluções diplomáticas nas relações internacionais tem se mostrado ineficiente para resolução e cessação de invasões, expropriações e inúmeras violências que têm sido perpetradas em diversos territórios. Mais de um terço das vítimas em Gaza são crianças, e cerca de 7 milhões de pessoas foram deslocadas pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, que já completa dois anos sem resolução. Essa guerra foi responsável, em 2023, por quase dois terços do aumento da pobreza infantil, com mais de 2 milhões de crianças passando a viver em lares abaixo da linha de pobreza²⁶.

Em 2023, mais de 40 mil palestinos, majoritariamente civis, foram mortos em bombardeios em Gaza, e milhares de pessoas desapareceram, provavelmente soterradas nos escombros. Ainda, desde o início da guerra, a maior parte da infraestrutura civil da região foi destruída, e estima-se que pelo menos 2 milhões de palestinos foram deslocados internamente e privados do acesso a alimentos, água, abrigo, saneamento e atendimento médico adequado²⁷.

Já no Sudão, estima-se que mais de 25 milhões de pessoas, cerca de metade da população local, necessitem de ajuda humanitária para sobreviver em decorrência dos contínuos e violentos conflitos armados em curso no território. Diariamente, milhares de pessoas buscam asilo em países vizinhos e milhares de assassinatos étnicos foram denunciados pela Organização das Nações Unidas²⁸.

Além disso, a legitimidade e a capacidade de resposta do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas em frear tais conflitos e impor sanções às partes envolvidas têm sido questionadas, tal como a sua própria composição, datada no contexto imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial.

Em suma, **os conflitos humanitários e as guerras representam uma tragédia contínua, que desvia a atenção e os recursos que nutrem esforços pacíficos e sustentáveis, além de contribuir para o agravamento da crise climática. As decisões de governos de persistir com a guerra em detrimento da paz perpetuam uma situação de crise que compromete ainda mais o progresso em direção a um desenvolvimento sustentável global.**

Crise de legitimidade das instituições democráticas e fortalecimento de governos autoritários

Um dos maiores desafios do século XXI tem sido o crescente descrédito das instituições democráticas, fenômeno acompanhado pela ascensão de governos autoritários e pelo fortalecimento de correntes políticas de extrema direita, que ameaçam a integridade do Estado e os prin-

²⁶ PNUD (2023). Índice Global de Pobreza Multidimensional. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/2022-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>.

²⁷ Anistia Internacional (2024). O Estado dos Direitos Humanos no Mundo. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2024/04/relatorio-global-da-anistia-internacional-destaca-uso-excessivo-e-desnecessario-da-forca-no-brasil.pdf>.

²⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9wxxjpd2po>.

cípios fundamentais dos direitos humanos. Nos últimos anos, diversos países presenciaram a ascensão de líderes extremistas a altos cargos de representação, além da disseminação ampliada de ideologias que questionam os pilares da igualdade, da justiça social e do desenvolvimento sustentável.

As disputas eleitorais têm se mostrado cada vez mais polarizadas e marcadas por tensões, o que tem afetado significativamente os espaços de tomada de decisão global. Esses fóruns, progressivamente esvaziados e deslegitimados, são constantemente desacreditados por líderes que desafiam a estrutura global de proteção aos direitos humanos. Partidos de extrema direita, com discursos nacionalistas, excludentes e conservadores, têm se disseminado tanto na Europa quanto na América Latina.

"A extrema direita fala com os sentimentos das pessoas, sobretudo com o medo, a insegurança. As frentes progressistas, quando conseguem ascender, falam com a esperança de poder mudar a sua vida. No lado do medo, a pauta é sobretudo de repressão. Para falar com esperança, o grande desafio são as desigualdades. Só dá para mexer na emoção delas ao combater a desigualdade, ao mostrar que elas podem acreditar no Estado para transformarem suas vidas." (Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Brasil, participou da Mesa de Abertura do evento States of the Future)

Desfuncionalidade do sistema financeiro internacional

Os desafios contemporâneos, especialmente, o agravamento das desigualdades, questionam não apenas os modelos e princípios econômicos vigentes, mas também a própria estruturação das economias, tanto no âmbito nacional quanto no cenário global. Esses desequilíbrios expõem fragilidades nos sistemas econômicos e demandam uma revisão das formas de organização e das políticas adotadas para promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

A arquitetura financeira internacional moderna tem suas origens nos Acordos de Bretton Woods, firmados em 1944, com o objetivo de estabelecer parâmetros globais para a estabilidade econômica no pós-Guerra. Esse sistema foi projetado para assegurar a estabilidade cambial, prevenir desvalorizações competitivas e fomentar o crescimento econômico. Duas instituições fundamentais foram criadas: o Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável por monitorar o sistema monetário global, e o Banco Mundial, focado na reconstrução e no desenvolvimento econômico.

Com um certo reconhecimento da falha desse modelo, a criação do G20 se deu em 1999, com o objetivo de prever novas crises econômicas. Contudo, foi somente em 2008 que os líderes se reuniram de forma decisiva, após o colapso do mercado imobiliário estadunidense, para redefinir os rumos do capitalismo contemporâneo e reconsiderar os modelos financeiros internacionais, reforçando a necessidade de maior coordenação global e de reformas no sistema financeiro.

No século XXI, a confiança no sistema financeiro global tem se tornado cada vez mais frágil, após sucessivas crises e a incapacidade de prover os recursos na escala e nas condições necessárias para o financiamento de projetos de infraestrutura, industrialização e desenvolvimento tecnológico vinculados à transição para uma economia de baixo carbono.

Em muitos aspectos, já não estamos sob o sistema de Bretton Woods (não temos taxas de câmbio fixas e controles de capitais relevantes, tornando os movimentos de capitais muito mais voláteis do que antes), mas também não temos uma nova ordem para substituí-lo. Embora o papel do dólar no sistema financeiro internacional venha sendo muitas vezes questionado, a moeda estado-unidense continua a ser a principal referência como reserva internacional e para as transações financeiras e comerciais no globo.

Nas últimas décadas, especialistas demonstraram como os antigos padrões do sistema financeiro, a dependência do dólar como moeda internacional e a conformação de bancos de desenvolvimento e agências de financiamento centradas no Norte Global, além da promoção de práticas de austeridade fiscal, têm sido catalisadoras no aprofundamento de desigualdades globais, regionais e nacionais.

O atual sistema não tem se mostrado capaz de se adaptar às exigências contemporâneas, especialmente a crescente tendência de protagonismo financeiro de países do Sul Global. Ademais, o sistema atual não tem sido capaz de responder aos desafios globais contempo-

râneos nem se adapta às novas realidades geopolíticas, como o crescimento econômico de países do Sul e Sudeste asiático e o fortalecimento de blocos multilaterais que não estão centrados no Norte Global, como o BRICS.

A dívida pública global é crescente, tendo alcançado um recorde de US\$ 97 trilhões em 2023, segundo a Organização das Nações Unidas. Mais de 100 países ultrapassam 50% do valor da dívida pública em relação ao PIB, e muitos desses, localizados no Sul Global, sofrem continuamente com altas taxas de juros e barreiras para o financiamento junto a agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

"Os desafios de financiamento estão no cerne dos problemas para enfrentar as crises sobrepostas e alcançar o desenvolvimento sustentável. As condições globais de financiamento são reduzidas e proibitivas devido aos riscos cambiais e aos juros praticados pelas economias centrais — colocando em risco a estabilidade financeira. O espaço fiscal é crucial para recursos necessários de enfrentamento às desigualdades e combate às mudanças climáticas e cumprimento dos ODS. As dívidas públicas nos países em desenvolvimento crescem muito rápido. O pagamento de juros tem crescido mais rapidamente do que os gastos públicos com saúde e educação. É imprescindível abordar o fardo da dívida em países de baixa e média renda." (Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil e atual presidente do Banco dos BRICS, participou da Mesa de Abertura do evento States of the Future)

Nos anos 1980 e 1990, muitos países viveram redução da atividade econômica e crises de financiamento. As respostas dadas reorganizaram políticas econômicas preocupadas com a estabilização da inflação e da dívida

pública. Essa visão restrita apresentou limites evidentes e foi posta em xeque pela crise de 2008 e pela pandemia de Covid-19. Esses eventos exigiram maior proteção social, o que gerou múltiplos impactos sociais e econômicos que, por sua vez, desafiaram o modelo neoliberal de economia e financiamento internacional.

"O sistema não possui mecanismos adequados e tempestivos de renegociação e perdão de dívidas e não trata os diferentes credores e devedores com regras uniformes." (José Antonio Ocampo, economista e ex-ministro da Fazenda da Colômbia, participou do Painel "Redes de Proteção Social do Futuro: Inovação para redução de desigualdades" do evento States of the Future)

Desindustrialização precoce e desnivelamento das políticas industriais

No século XXI, temos assistido a um renascimento das políticas industriais como resposta aos obstáculos econômicos e sociais atuais. Durante a última década, os governos têm trabalhado para adaptá-las frente a desafios-chave: a desindustrialização precoce de países subdesenvolvidos, o desemprego provocado pela revolução tecnológica, a vulnerabilidade das cadeias de suprimento expostas durante a pandemia de Covid-19, a demanda de uma transição para uma industrialização verde e as tensões geopolíticas que afetam as cadeias globais de valor, especialmente no Sul Global.

A digitalização e a automação estão transformando radicalmente a indústria. Por um lado, esses avanços oferecem enormes oportunidades para melhorar a pro-

ductividade e a eficiência, mas também colocam desafios significativos, como o risco de desemprego tecnológico, a necessidade de reconversão profissional e a concentração de poder econômico nas mãos de grandes corporações tecnológicas. Por outro lado, as políticas industriais enfrentam o desafio de se adaptar para promover a inovação, ao mesmo tempo em que mitigam os impactos negativos sobre o emprego e a distribuição da riqueza.

No bojo do século XXI, está em curso um processo de aceleração da 4ª Revolução Industrial, provocado pelas questões citadas. Embora tenha surgido um número maior de Estados com uma base industrial manufatureira, a produção continua concentrada em poucos países. Ao mesmo tempo em que se verifica uma desindustrialização prematura nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia e a África do Sul, há uma pressão para descarbonização da economia, apesar de esses países terem contribuído historicamente menos para o aquecimento global.

Mais recentemente, os países do Norte Global vêm enviando esforços para a elaboração de um novo conjunto de políticas industriais, seja por razões geopolíticas, seja por questões estratégicas e de soberania nacional, as quais a pandemia de Covid-19 ajudou a iluminar. A escala dos recursos mobilizada por esses países e a posição diferenciada em termos de capacidades e infraestrutura tendem a reforçar as desigualdades existentes, uma vez que os países em desenvolvimento muitas vezes enfrentam barreiras como infraestrutura deficiente, falta de nichos competitivos, baixa competitividade, protecionismo internacional e capacidades estatais reduzidas.

Se, por um lado, as cadeias de suprimento globais oferecem oportunidades para que os países em desenvolvimento entrem no setor manufatureiro, facilitando sua integração à economia global; por outro, esses países enfrentam riscos importantes, como ficarem presos em segmentos produtivos de baixo valor adicionado e se integrarem a cadeias globais enquanto perdem capacidade manufatureira a nível local, o que enfraquece suas economias domésticas.

O protecionismo verde praticado pelos países desenvolvidos também se apresenta como um desafio significativo. Essa prática não só afeta a agenda climática global, mas também limita a capacidade dos países em desenvolvimento de elaborar políticas industriais verdes que abordem questões ecológicas além do carbono, como a poluição e a perda de biodiversidade. Os países em desenvolvimento enfrentam barreiras significativas para desenvolver políticas industriais que promovam uma economia sustentável, uma vez que são forçados a lidar com políticas macroeconômicas que dificultam o investimento em políticas verdes e desenvolvimento sustentável.

Transformações digitais e riscos do uso de inteligência artificial

O avanço acelerado da inteligência artificial e outras tecnologias disruptivas está redesenhando o panorama do trabalho em todos os setores, incluindo na provisão de serviços públicos. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, 40% dos empregos do mundo serão afetados pelo desenvolvimento da inteligência artificial²⁹.

²⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/inteligencia-artificial-deve-afetar-40-dos-empregos-no-mundo-diz-fmi/>.

Se, por um lado, os avanços tecnológicos têm sido vistos como caminhos para a inclusão social, o aumento da produtividade e o enfrentamento da emergência climática, por outro, há crescentes preocupações sobre os riscos do uso de inteligência artificial e outras tecnologias e potenciais violações de direitos à integridade, segurança e privacidade.

Há ainda dimensões pouco compreendidas referentes aos limites éticos do uso das novas soluções digitais. A falta de regulação das big techs, por exemplo, é um desafio vigente. Há riscos associados aos usos das tecnologias para uma gestão tecnocrática que ameaçam a efetivação de direitos e o próprio funcionamento da democracia.

A reforma que vem sendo operada pela transformação digital é silenciosa, oculta e pode acarretar efeitos políticos diversos, pois mudará a estrutura de funcionamento do Estado e da rotina da administração pública. Assim, surge a necessidade da criação de uma estrutura coordenada de infraestruturas públicas digitais e um debate contínuo sobre a centralização ou descentralização desses esforços.

Há riscos à segurança e à privacidade dos dados, relacionados também ao uso agregado de informações para discriminação e perfilamento racial em políticas como a segurança pública, saúde e educação. Somado a isso, tem-se um desafio relacionado à falta de letramento digital, à desinformação e ao desconhecimento, por parte da população, das potencialidades e riscos da inteligência artificial e de outras tecnologias. Além disso, depen-

dendo dos contornos que tiver, a transformação digital poderá resultar na exclusão de uma parte significativa da população, reforçando desigualdades no acesso a políticas e serviços públicos.

Importa mencionar que o pacote de tecnologias inerentes à transformação digital abrange não apenas a inteligência artificial, mas também a internet das coisas, a robótica, a realidade aumentada, o machine learning, o reconhecimento de voz, o reconhecimento facial, o blockchain, os multiversos, a cibersegurança, a computação em nuvem, a computação quântica, a data analytics etc. Ainda não há uma compreensão nem um consenso, seja na sociedade seja nos governos, quanto aos limites, potencialidades e riscos dessas tecnologias, quer sejam consideradas individualmente, quer se analisem seus efeitos combinados.

Crise de representação e da participação social

A governança da participação da sociedade civil no processo decisório também se materializa como um desafio, e os especialistas apontam para uma crise de legitimidade crescente dos Estados. A polarização política e as ameaças à democracia são desafios presentes tanto internamente quanto no contexto global. Isso se reflete, ainda, na difícil discussão sobre o escopo e a natureza das propostas de reforma do Estado, dificultando a implementação de mudanças necessárias à busca do interesse público. Segundo o Political Participation Index, entre 2006 e 2023, houve uma tendência de redução da capacidade das pessoas de participarem em arenas políticas²⁹.

²⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/inteligencia-artificial-deve-afetar-40-dos-empregos-no-mundo-diz-fmi/>.

"É preciso reconstruir a confiança nos Estados. Ele parece que está sem lugar no mundo do século XXI, mas ainda assim é o grande ator social e político." (Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile, participou da Mesa de Abertura do evento States of the Future)

A crise de representação nas democracias ocidentais se encontra relacionada com vários fatores, dos quais é possível destacar a disfuncionalidades dos sistemas políticos, incapazes de dotar os vencedores das eleições de maiorias governativas operacionais, e os efeitos reconhecidos, porém ainda pouco compreendidos, das redes sociais na modelagem das preferências dos eleitores.

A confiança nas instituições públicas também tem diminuído, especialmente na União Europeia e nas Américas. Segundo o Latinobarômetro³¹, apenas 48% dos latino-americanos apoiam hoje a democracia como regime político, o que demonstra uma diminuição de 15 pontos percentuais dos 63% de 2010. Entre os países da OCDE, em 2023, cerca de quatro em cada dez pessoas (39%) tinham confiança alta ou moderadamente alta no governo nacional de seu país e uma parcela maior (44%) não tinha confiança ou tinha pouca confiança³².

Ademais, em 2024, segundo dados do Global State of Democracy Initiative³³, uma em cada três pessoas com direito ao voto no mundo reside em países onde houve uma piora na qualidade das eleições. Entre 2020 e 2024, um em cada cinco processos eleitorais teve contestação e rejeição dos resultados por parte do candidato não eleito. A participação eleitoral também se reduziu nesse período e houve um aumento da polarização e tensão na disputa eleitoral, o que incluiu casos de violência política

³⁰ Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/political-participation-index-eiu>.

³¹ Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

³² Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/sub-issues/trust-in-government.html>.

³³ Disponível em: <https://www.idea.int/gsod/gsod#gsodreports>.

contra candidatos e eleitores em países como o Brasil e Estados Unidos.

“É preciso uma nova narrativa política para falar das assimetrias de poder, da polarização. Somente vozes coletivas podem lidar com a demanda, fazer frente ao discurso de extrema direita e buscar responder às demandas e falta de esperança no futuro, particularmente das pessoas mais jovens.” (Richard Kozul-Wright, economista, participou do Painel “Desafios da Política Econômica no Pós-Covid” do evento States of the Future)

Reconhecimento dos desafios de inclusão e da diversidade no contexto da interseccionalidade

Todos os desafios apontados acima podem ser acrescidos de um desafio adicional e transversal: o enfrentamento das desigualdades estruturais e interseccionais, em busca de inclusão e respeito à diversidade. São diversas as dimensões de exclusão e subordinação, podendo abranger critérios de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, território e deficiência, dentre outros. Tais dimensões atuam na estruturação e na reprodução das desigualdades sociais e da experiência de vida das pessoas e dos grupos sociais. Mais do que isso: essas dimensões se entrecruzam, levando a espaços ainda mais críticos de exclusão e vulnerabilidade.

Assim, reconhecer de forma legítima as pessoas em sua diversidade e em suas características é abordagem necessária para uma visão contemporânea de um Estado inclusivo. Cabe ao Estado promover a visibilidade dos diferentes grupos que compõem a sociedade, bem como

das violências que sofrem. Isso inclui a publicização de dados de forma desagregada, contendo informações sobre essas dimensões de possível vulnerabilidade — como etnia, raça, diversidade sexual, área de residência, respeitando-se a proteção à privacidade e aos dados pessoais. É necessário desenvolver capacidade estatal e social de análise dos dados sob um paradigma interseccional. A universalização de políticas passa pelo reconhecimento das especificidades, como as dificuldades das mulheres negras, das crianças com deficiência, dos idosos migrantes, dos indígenas deslocados de seu território, dentre tantas outras “somatórias de exclusão” que merecem atenção crítica e especial.

Isso inclui também o desenvolvimento de esforços para a criação de programas intersetoriais e interculturais, com maior articulação e coerência institucional. Essa intersectorialidade implica identificar e operar nas conexões entre as diferentes áreas — meio ambiente, trabalho e emprego, saúde, educação, infraestrutura, cultura, políticas sociais etc. —, sem prejuízo da orientação às dimensões seccionais e suas interfaces.

Essas políticas e programas intersetoriais podem incluir cotas e ações afirmativas para grupos vulnerabilizados, bem como a integração dos grupos nos níveis locais, com estratégias para a garantia de participação e inclusão. Envolver as pessoas, partindo de suas realidades e condições, de forma empática, inclusiva e propositiva, passa a ser parte tão necessária quanto esquecida do fazer da gestão pública.



Crise Climática



Enfraquecimento dos sistemas de proteção social



Transformações digitais e riscos do uso da IA



Disfuncionalidade do sistema financeiro internacional



Conflitos e tensões geopolíticas



Aumento da pobreza, fome e desigualdades sociais, econômicas e raciais



Crise de representação e da participação social



Desindustrialização precoce e desnivelamento das políticas industriais



Descrédito das instituições democráticas e fortalecimento de governos autoritários



Reconhecimento dos desafios de inclusão e da diversidade no contexto da interseccionalidade



O Estado como ator principal para enfrentar os desafios do presente e do futuro



Bruno Cecim/Ag. Pará

"A palavra inclusão precisa constar dos desenhos de políticas públicas. O Estado tem o condão de liderar o enfrentamento a essas crises. Diante dessas situações críticas, o último bastião é o Estado. É preciso fortalecer o Estado para lidar com esses choques e proteger os mais vulneráveis, que são mais expostos a sofrer com os efeitos desses eventos." (José Luiz Escrivá, ministro para a Transformação Digital e da Função Pública da Espanha, participou do Painel "Transformação do Estado no século XXI" do evento States of the Future)

Repensar e reorganizar o Estado no século XXI é uma necessidade urgente, especialmente diante das crises interconectadas que enfrentamos. A concepção tradicional de Estado, muitas vezes vista como demasiadamente rígida, não condiz com as necessidades de constantes adaptações impostas pelos problemas atuais. Em vez de um "estado das coisas" fixo, **precisamos de um Estado flexível e adaptativo, que seja capaz de se desconstruir e reconstruir conforme necessário.**

A crise atual é exacerbada por uma tendência de acomodação nas abordagens tradicionais sobre o papel do Estado na economia. Ainda vigora uma visão limitada do Estado como um mero regulador econômico ou presta-

dor de serviço, sem considerar seu potencial como agente de transformação social e de articulação de diferentes energias, saberes e soluções.

A visão liberal, cristalizada no final do século XX, de que o Estado moderno tem como missão fundamental corrigir as falhas de um mercado sujeito a decisões alocativas imperfeitas, é insuficiente para a promoção de soluções estruturantes para as crises atuais. Precisamos ir além da lógica de "menos Estado" e adotar uma visão de "melhoria, inovação e dinamismo", investindo em treinamento e ampliação de capacidades para tornar o Estado mais eficiente e adaptável. O Estado do futuro deve formular respostas já no presente para construir um futuro melhor para todos.

A atuação desse Estado do presente, que vislumbra o futuro, deve ser orientada, portanto, para reduzir desigualdades históricas que atravessam séculos e se materializam na contínua pauperização e nos múltiplos estados de carência que atingem milhões de pessoas diariamente.

Os espaços de governança e conferências internacionais, como o G20, frequentemente abordam crises (como a pobreza e o clima) de forma fragmentada e restrita a dificuldades de financiamento. Uma alternativa a essa pulverização das agendas é partir de uma perspectiva transversal do papel do Estado, com a discussão de capacidades que atravessam variadas áreas de políticas públicas, assumindo a melhoria da qualidade dos investimentos públicos como algo tão importante quanto o aumento da quantidade de recursos para intervenção estatal. Para isso, é essencial redesenhar o Estado para

que ele se torne um ente empreendedor, dinâmico, em vez de um mero consumidor de receitas.

"A palavra 'Estados' é parte do problema de como este é concebido tal como de sua atuação, porque parece estático (uma noção de 'estado das coisas'). O Estado implicado na crise atual não pode ser estático: é preciso desconstruir para construir. É preciso compreender a raiz do problema, que em parte está relacionada à tendência de acomodação sobre o que sabemos sobre o Estado e qual seu papel. O baixo investimento de negócios é uma problemática a ser endereçada." (Mariana Mazzucato, economista, realizou uma Conferência Magna no evento States of the Future)

O Estado deve atuar como protagonista na governança global, com uma abordagem orientada para objetivos claros e realizáveis, associados a resultados explicitáveis e, sempre que possível, mensuráveis. A responsabilidade ética de reparação e justiça, que antes era vista como uma questão meramente nacional, agora é compartilhada com as entidades globais e deve orientar as ações políticas e institucionais desses fóruns e organizações.

Transformar os objetivos abstratos em declarações de missão claras, concretas e realizáveis é essencial. Precisamos ir além da teoria e implementar soluções concretas, com a participação ativa de todos os setores e grupos sociais. Somente assim será possível superar as crises interconectadas e construir um Estado mais justo, eficiente e preparado para os desafios do futuro.

O Estado precisará se fortalecer e agregar novas capacidades para assegurar sua legitimidade como promotor de bem-estar social, fomentando o diálogo e a

transparência com atores-chave, como o setor privado, a sociedade civil, os trabalhadores e os acadêmicos. É fundamental que a burocracia estatal se diversifique e se alinhe com as metas de transformação do país, assegurando que reflita a composição social e esteja preparada para inovar. Transformar o Estado significa buscar inovar continuamente na direção das necessidades da sociedade, em especial dos segmentos mais vulneráveis.

Os Estados do futuro podem se beneficiar de metas de longo prazo e da definição de missões que permitam a efetiva transformação das relações de poder, econômicas e sociais das nações. Existem desafios globais que transcendem as fronteiras nacionais, como a crise climática, a regulamentação das tecnologias digitais, a defesa da democracia ou a evasão fiscal. Portanto, o protagonismo estatal deve vir acompanhado de maiores esforços de coordenação, cooperação internacional e fomento ao multilateralismo.

“As necessidades que precisamos desenvolver, pelas histórias de crises econômicas e sociais, não foram atendidas, fazendo das desigualdades cada vez maiores. Isso leva a que nenhum modelo econômico tenha sido capaz de conseguir as respostas. O Estado moderno pode oferecer respostas, ao cumprir a função de promover trocas: debates sinceros e que promovam tomada de decisão.” (Clarems Endara, Secretário Permanente, Secretaría Permanente del Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe, participou da Mesa de Diálogo “Futuro do Estado e da Democracia” no evento States of the Future)

Os Estados do futuro precisam ser repensados e corecriados no presente



O Estado como propulsor do desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo.



O Estado como uma plataforma de combate às injustiças sociais, raciais e de gênero.



O Estado como garantidor de direitos humanos.



O Estado como investidor e agente econômico central para a redução de desigualdades sociais e econômicas.



O Estado como agente regulador.



O Estado como agente estratégico, político e soberano.



O Estado como protagonista na construção de uma Nova Governança Global.



O Estado como catalisador de inovações facilitadoras de maior inclusão social e de melhor qualidade do gasto público.

Capacidades estatais para o futuro

Gil Tuchtenhagen



"É preciso trazer de volta a temática do desenvolvimento. Além de ampliar a capacidade de cooperação interestatal, é preciso repensar o papel do Estado que deve estar capacitado para fazer frente aos desafios e crises." (Embaixador Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores do Brasil, participou do evento States of the Future)

Ao se compreender que o Estado é um ator central para promoção de um desenvolvimento sustentável, priorizar o fortalecimento das capacidades estatais e das instituições públicas é essencial para enfrentar as crises atuais e futuras, além de assegurar resultados consistentes com os objetivos das políticas públicas perseguidas pelos governos. Isso significa dizer que deve haver esforço coordenado, nacional, regional e internacional que busque ampliar as ferramentas de ação do Estado e suas possibilidades de parcerias com a sociedade civil e mesmo com o setor privado.

As capacidades do Estado são aquelas exigidas para a formulação e implementação eficaz de políticas públicas, bem como para mobilizar e gerir os recursos necessários ao desenvolvimento dos países. Essas capacidades incluem aspectos institucionais, como a qualidade

do sistema jurídico e a robustez das estruturas públicas, assim como aspectos técnicos, como a capacidade de conceber políticas econômicas baseadas em dados e evidências. No limite, a falta de capacidades fortes do Estado pode resultar em políticas mal concebidas, ineficientes, injustas ou mal aplicadas, o que pode dificultar o crescimento econômico e exacerbar desigualdades sociais.

Do ponto de vista administrativo, os Estados devem ter as competências necessárias para gerir eficazmente os seus recursos humanos e materiais. Isso requer uma burocracia profissionalizada e responsável perante o público, que recorra a práticas transparentes na gestão e na produção de políticas públicas. Para isso, é essencial a qualificação dos servidores públicos, bem como a criação de sistemas de avaliação e de formação contínua que garantam a adaptação aos novos desafios.

Além disso, é importante observar e analisar outros elementos que compõem a estrutura do Estado. A administração pública também é composta por imóveis, equipamentos, instalações, redes, comunidades de práticas, fluxos, informações, marcas, reputações, rotinas, legislações e outros ativos, tangíveis e intangíveis. Transformar o Estado envolve, portanto, mudanças em todas essas áreas, visto que os instrumentos de gestão e de produção de políticas públicas se materializam como meios essenciais para que o Estado cumpra seus deveres, obrigações e funções sociais, políticas e econômicas.

A discussão econômica convencional muitas vezes desconsidera essa multiplicidade de elementos e, frequentemente, reduz o Estado às estatísticas de resultado

fiscal ou endividamento público. Adotar uma abordagem que reflita adequadamente a complexidade dos Estados e o seu papel no desenvolvimento, como aqui proposto, não implica negar a necessidade de assegurar a sustentabilidade do orçamento e da dívida pública, haja vista suas implicações sobre, dentre outras coisas, a escala da atividade econômica, o emprego e as desigualdades. Porém, isso implica ampliar o horizonte de análise, deslocando a agenda de esforços sistemáticos para reduzir a despesa pública e encolher o tamanho do Estado para uma agenda de melhoria da qualidade dos gastos, associada à entrega efetiva de políticas públicas e serviços à população.

É fundamental a criação de sistemas digitais de serviços públicos que integrem tecnologias capazes de mitigar a reprodução das desigualdades de acesso, para que o Estado possa efetivamente cumprir seu papel na promoção da política econômica, do desenvolvimento sustentável e da justiça social. O mesmo vale para a estruturação de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas que assegurem a qualidade e a produtividade do gasto público.

Cabe ao Estado também prover infraestruturas públicas digitais que permitam um melhor e mais equânime desenvolvimento da vida em sociedade, fornecendo sistemas, mecanismos e insumos que possam ser usados com confiança pelos atores da sociedade — tais como mecanismos de identidade, pagamento, consulta e utilização de informações públicas e integração de dados e serviços. Para além da redução de desigualdades e da promoção do desenvolvimento sustentável, a tecnologia pode

apoiar o aumento da eficiência do setor público e a diminuição dos custos de transação para toda a sociedade.

Acreditamos que um passo que precisa ser dado em nível global, em especial no âmbito do G20, é o reconhecimento de que investir em capacidades estatais, com foco em resultados socialmente justos e desejáveis, é uma demanda indispensável do presente para a garantia de um futuro possível e melhor.

As capacidades estatais ainda são heterogêneas e muito distintas entre países do Norte e Sul Global; por isso, é preciso desenvolver um entendimento mais aprofundado sobre o fato de que o Estado não só é central na criação de soluções, mas também deve estar preparado e dispor de recursos para isso.

Um Estado moderno e eficiente deve contar com um sistema de inovação nas suas administrações públicas para melhorar a capacidade de reação e de antecipação, bem como de adaptabilidade, garantindo que as políticas e os serviços respondam às dinâmicas necessidades em evolução dos cidadãos.

As capacidades de regulamentação e de controle da qualidade das despesas são também cruciais para criar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico. Por um lado, asseguram a concorrência e protegem os direitos dos consumidores, distribuindo os benefícios econômicos de forma equitativa. Por outro lado, o reforço das capacidades de supervisão e de controle da qualidade dos gastos é essencial para evitar desvios e para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficaz e transparente.

Em suma, as capacidades estatais necessárias devem ser definidas em função das políticas públicas que os Estados pretendem promover, visando enfrentar determinado desafio. O dimensionamento e a especificação do espaço fiscal disponível são condicionais às demais, assim como o são as políticas de gestão pública — pessoal, orçamento, controle, modelagem organizacional, transformação digital etc. — por serem sistêmicas e por perpassarem todas as outras.

Capacidades estatais

Financeiras disponibilidade de recursos (orçamento público, impostos, taxas, endividamento e investimentos)	Funcionais capacidade de provisão de serviços de forma eficiente	Políticas arena de consensos e dissensos (aspectos pertinentes à relação entre poderes, entre países ou entre governo e sociedade civil)
Recursos Humanos quantidade de profissionais empregados no setor público com competências, acesso à informação e capacitação	Estruturais e tecnológicas disponibilidade de infraestrutura e tecnologia necessárias para a provisão dos serviços (como sistemas, espaços físicos etc.)	Coordenação mecanismos de organização das relações intra e intergovernamentais
Legais a existência de normas, leis e arcabouço jurídico-legal que ampara a ação do Estado	Controle & accountability mecanismos de responsabilidade, transparência, avaliação e monitoramento contínuo de políticas públicas	Relacionais relações entre as distintas instituições e atores

Fonte: Adaptado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Brasil (2024).

Diretrizes de ação para um futuro possível

Pexels/tomfisk



“Qual o mundo que eu sonho? Estamos em processos de transformações profundas intergeracionais. Não há futuro possível se não repararmos as atrocidades do passado. Milhões de pessoas africanas e afrodescendentes vivem a estrutura violenta do racismo sistêmico, é um trauma intergeracional. Sonho com um mundo com dignidade para todas as pessoas, no qual somos capazes de nos cuidarmos, e o poder é para cuidar das pessoas e para cuidar dos recursos que foram herdados de gerações anteriores, com paz e com sustentabilidade para todas as pessoas.” (Epsy Campbell, ex-vice presidente da Costa Rica, participou do Painel “Nova Governança Global: a voz do Sul” do evento States of the Future)

O Estado do futuro se vê face a inúmeras transformações, como a tecnológica, climática, econômica, cultural e social. É preciso levar em conta o instável passado para enfrentar os desafios historicamente persistentes, como as desigualdades sociais, raciais, de gênero e de desenvolvimento econômico.

Independentemente dos contextos políticos internos de cada país, não há dúvida de que os Estados — grandes, médios ou pequenos — desempenharão um papel central na construção de um futuro possível, justo, sustentá-

vel e inclusivo, no qual todas as pessoas possam usufruir dos bens e direitos.

O G20, como espaço de exploração de temas afetos à governança multilateral, tem o potencial de agregar seus países-membros e convidados no aprofundamento desta agenda de políticas públicas em torno do papel do Estado.

As propostas apresentadas ao longo do evento States of the Future representam um rol não-exaustivo de possibilidades e apontam para a necessidade de coordenação e aprofundamento desses temas, rumo à construção de um mundo mais inclusivo, sustentável e justo.

Conforme expresso no relatório do PNUD, Signals Spotlight 2024, lançado no Rio de Janeiro por ocasião do evento States of the Future, para além dos diversos e complexos desafios a serem enfrentados, faz-se necessário abrir espaços para o florescimento de esperanças — entendidas como compromissos com visões — de um futuro mais equitativo, em que o progresso tecnológico venha ao encontro das metas e objetivos do desenvolvimento sustentável, e que sirva à redução de desigualdades e à construção de comunidades de nações cada vez mais resilientes e conectadas³⁴.

Fortalecimento da cooperação internacional, do multilateralismo e de garantias dos direitos humanos

Os Estados do futuro possuem no multilateralismo a principal ferramenta para enfrentar desafios globais. Isso

implica reforçar a cooperação entre governos e revitalizar instituições como a ONU, que devem ser o locus privilegiado para soluções globais, ainda que não necessariamente o único. A revitalização do multilateralismo deve ter como base princípios como o crescimento inclusivo, os direitos humanos e a proteção ambiental.

Os países se beneficiam quando encontram espaços para compartilhar conhecimentos, tecnologias e recursos financeiros para enfrentar os desafios econômicos e sociais de forma mais eficaz. Isso inclui o reforço aos organismos internacionais e regionais que podem coordenar as políticas de desenvolvimento, a mobilização de fundos para programas de ajuda ao desenvolvimento e a promoção de acordos comerciais justos que favoreçam as economias mais vulneráveis. Além disso, a cooperação entre países facilita o necessário intercâmbio de informações sobre questões econômicas, bem como a coordenação de políticas destinadas a reduzir a pobreza.

Os Estados do futuro devem explorar o desafio de estabelecer suas visões e suas metas a longo prazo, assim como definir as missões que permitirão a transformação efetiva dos seus países. A liderança dos Estados deve, por conseguinte, ser acompanhada de uma maior coordenação e de esforços de cooperação internacional.

O fortalecimento dos Bancos de Desenvolvimento é crucial para financiar ações sustentáveis e reduzir as desigualdades, tanto globais quanto locais. Os países do Sul Global devem desempenhar um papel de liderança na construção de uma agenda global inclusiva, propondo soluções para o desenvolvimento sustentável e promo-

³⁴ PNUD (2024). UNDP Signals Spotlight 2024: Hope for all generations. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2024-07/portuguese_digital_-_undp_signals_spotlight_0.pdf.

vendo a cooperação tecnológica e financeira entre países em desenvolvimento.

Construção de uma nova arquitetura financeira internacional

Os Estados do futuro possuem um grande potencial de atuar de forma colaborativa, por meio do multilateralismo do comércio e da inovação, para fomentar a reforma do sistema financeiro internacional, com foco central no desenvolvimento. Assim, é preciso revisitar as bases do atual sistema, em especial, reformar as instituições estabelecidas por Bretton Woods, hoje dissociadas da realidade global, e criar uma nova arquitetura financeira mundial que não reproduza desigualdades Norte-Sul nas dinâmicas de financiamento.

O número de países com elevados níveis de dívida aumentou significativamente desde a crise de 2008. Em termos de reestruturação da dívida soberana, atualmente não existem mecanismos institucionais adequados para proporcionar um alívio adequado e equitativo das dívidas. O G20 implementou um mecanismo limitado de suspensão da dívida durante a crise da Covid-19, mas a sua utilização tem sido limitada, em parte porque os credores privados não participam no processo. Um mecanismo ad hoc como solução a curto prazo auxiliaria no enfrentamento dessas crises, em especial se acompanhado da criação de um quadro especificamente para os países de rendimento médio.

Criação de novos espaços de participação e engajamento social

Os Estados do futuro devem ser abertos e permeáveis à participação da sociedade, capazes de integrar políticas no território e articular internacionalmente formas de mitigar assimetrias de poder. Os grupos historicamente excluídos devem ser protagonistas na formulação e implementação das políticas públicas. O reconhecimento das desigualdades históricas é fundamental para a atuação dos Estados do futuro.

As injustiças geradas pela colonização, pela escravidão e pela exploração de povos tradicionais, etnias e comunidades negras devem ser reparadas por meio de políticas públicas de restituição, reabilitação e compensação. Garantir a inclusão dessas vozes no processo de decisão não apenas enfrenta as injustiças históricas, mas também enriquece o desenvolvimento de soluções mais eficazes para os problemas sociais. A construção de mecanismos de justiça de transição, que incorporem a participação de comunidades e povos afetados, será essencial para reparar os crimes do passado em relação aos quais seja possível atuar.

Fomento de políticas econômicas para a redução de desigualdades

O futuro das políticas econômicas deverá priorizar a redução das desigualdades, com ênfase em propostas globais de taxação progressiva. Estados devem adotar sistemas fiscais globais que redistribuam melhor os recursos, inclusive com a taxação dos ricos e super-ricos. Além disso, a cooperação entre governos será essencial

para combater a pobreza global e reduzir disparidades econômicas. O Estado deve promover a equidade, oportunidade de emprego para todos, garantir a capacitação de trabalhadores para um novo mundo digital e priorizar os grupos mais pobres como beneficiários prioritários dos processos de formulação de políticas econômicas. O foco também deverá estar na construção de maior espaço fiscal para que os Estados possam implementar políticas redistributivas eficazes, ampliando os gastos sociais sem comprometer o crescimento sustentável.

Produção e publicização de dados e informações para a tomada de decisão baseada em evidências

Os Estados do futuro precisam agir a partir de informações e evidências ancoradas na realidade. Trata-se não só de produzir, mas também de publicizar todos os dados, informações, programas e políticas com recortes de raça, gênero, território, deficiência e outros fatores socioeconômicos.

É imperativo que o acesso à informação seja ser amplo e sem discriminação. Compreender a sociedade em sua diversidade é uma ferramenta necessária para uma abordagem interseccional na implementação de políticas públicas, reduzindo desigualdades, gerando resultados mais eficazes e superando desafios estruturais. Isso inclui não só uma maior representatividade e diversidade de servidores, corpo técnico e político nos espaços de tomada de decisão, que incluam mais mulheres, pessoas negras, indígenas, com deficiência, como também pressupõe uma maior transparência ativa por parte dos go-

A presidência do Brasil tem avançado no debate sobre taxação de super-ricos

Por meio de uma Cooperação Tributária Internacional tem se reconhecido que a tributação progressiva é uma das principais ferramentas para reduzir as desigualdades domésticas, fortalecer a sustentabilidade fiscal, facilitar a consolidação orçamentária, promover um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo e facilitar a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em reunião de junho de 2024 da Cúpula do G20, Gabriel Zucman apresentou uma proposta em que indivíduos com patrimônio líquido muito elevado — cerca de 3.000 pessoas no mundo que têm pelo menos 1 bilhão de dólares em ativos — paguem pelo menos o equivalente a 2% da sua riqueza em imposto sobre o rendimento todos os anos. Isso geraria 250 bilhões de dólares por ano — metade da receita anual projetada como necessária para os países em desenvolvimento enfrentarem os desafios das mudanças climáticas até 2025. Segundo essa proposta, cada país deve arrecadar o tributo em seu território, mas um conjunto de regras com as quais todos concordariam poderia eliminar brechas que os bilionários costumam usar para proteger seu dinheiro, transferindo bens e aplicações financeiras para paraísos fiscais e outros espaços jurídicos.

A taxa dos super-ricos recebeu “várias menções explícitas” na Declaração do Rio sobre Cooperação Tributária, um dos três documentos publicados após a reunião da trilha de finanças e voltado exclusivamente para a questão tributária.

vernos, com disponibilização de dados abertos desagregados e acessíveis. Ao publicizar e tratar dados a partir de um olhar transversal, intersetorial e interseccional, os Estados se fortalecem não só no diálogo com a sociedade, como também garantem a celeridade de suas ações e promovem diagnósticos mais assertivos para elaboração de soluções voltadas à redução de desigualdades.

Construção de governança que promova uma transformação digital inclusiva e sustentável

Os Estados do futuro têm como um de seus principais desafios protagonizar os esforços de regulamentação da inteligência artificial e de outras tecnologias digitais, a partir de um olhar centrado nas pessoas e em seus direitos. Eles devem garantir que a transformação digital não se limite à automação da burocracia, mas que também alcance os usuários dos serviços públicos e os beneficiários das ações governamentais. Em outros termos: que seja inclusiva e participativa, promovendo o letramento digital tanto de servidores públicos quanto da população em geral. Para tanto, é preciso garantir capacidades estatais para a criação de sistemas próprios — ainda que compartilhados, por meio da construção conjunta de bens públicos digitais globais —, de modo a superar a dependência daqueles mantidos pelas big techs.

É preciso orientar a governança digital e garantir a transparência e accountability dos sistemas, sobretudo pensando na tendência de reprodução de desigualdades. Assim, será necessário investir em capital humano para absorção de novas tecnologias e garantir que a inovação

tecnológica seja usada para reduzir desigualdades, não para ampliá-las. O uso de dados e da inteligência artificial, por exemplo, devem ser regulados de forma a evitar discriminações e promover maior equidade intra e entre sociedades. A transferência de tecnologia entre países do Sul Global deve ser fortalecida para garantir que esses Estados tenham autonomia em relação às grandes corporações tecnológicas. O futuro exige uma maior cooperação global sobre os usos e soluções relacionados à transformação digital.

Fomento à inovação pública e social

Os Estados do futuro são chamados a investir cada vez mais em inovação e experimentação no âmbito de suas políticas públicas. É preciso desenvolver uma abordagem intersetorial da inovação, a partir do diálogo entre distintos setores dentro e fora do Estado. Para isso, é importante ter um foco voltado para as pessoas, seus direitos e demandas. A construção de um espaço de governança, que inclui o aprendizado coletivo, implica que se tenha coragem de falhar e aprender com esses processos, especialmente no contexto da adoção de políticas industriais, digitais e sociais. É preciso criar mais evidências e competências de boas práticas de inovação pública e social nos distintos Estados, além de catalisar mais sandboxes para pensar políticas públicas e a efetiva regulamentação dessas iniciativas.

A profissionalização e a diversificação da burocracia estatal, combinadas com o fortalecimento das capacidades de planejamento de médio e longo prazo, serão cruciais

para que o Estado possa coordenar os processos de transformação estrutural. Programas de formação continuada, valorização da criatividade e incentivo à inovação dentro do serviço público devem ser priorizados. O Estado precisa, igualmente, aproximar-se e fortalecer as universidades, promovendo uma maior integração entre a pesquisa acadêmica e as demandas sociais e econômicas do governo e da sociedade.

Construção de alternativas verdes para a transição ecológica

A emergência climática exige uma resposta imediata e coordenada dos Estados. Os Estados do futuro devem liderar a transição para uma economia verde, promovendo a industrialização sustentável e criando mecanismos de regulação que protejam o meio ambiente. É indispensável fortalecer a regulamentação e institucionalização de arranjos normativos para proteção do meio ambiente e intensificar as ações de proteção às florestas e combate ao desmatamento, por meio, inclusive, do pagamento de serviços ecossistêmicos a povos e comunidades tradicionais.

Além disso, o Estado tem como papel assegurar o cumprimento das metas e iniciativas para descarbonização da economia e redução das emissões de gases de efeito estufa, além de fomentar ações de adaptação climática. O Estado também deve garantir que as práticas ambientais respeitem a diversidade étnica, racial, social, incorporando os saberes de povos tradicionais, como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos na proteção dos ecossistemas. A governança inclusiva e multinível é

importante para garantir que todas as vozes sejam escutadas, sobretudo aquelas que tenham sido excluídas no processo de criação de soluções verdes e justas.

É preciso elaborar estratégias de financiamento a partir de um olhar local, que garanta uma vida digna e persiga os objetivos globais. Também é necessária a redução de emissões por meio de uma efetiva e justa transição energética, sobretudo por parte dos países do Norte Global, que são historicamente os principais responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa.

Fortalecimento dos sistemas de proteção social para garantia dos direitos humanos

Os Estados do futuro precisam fortalecer os seus sistemas de proteção social por meio do investimento público e da formulação e implementação de políticas públicas que tenham uma abordagem baseada em direitos, em conformidade com os compromissos por eles assumidos (seja em seu âmbito interno ou internacionalmente). A proteção social deve ser fomentada como direito universal e não apenas como um benefício condicional, o que demanda a criação de um quadro jurídico sólido, que garanta o acesso à proteção social a todos os cidadãos, independentemente de sua condição de emprego ou situação econômica.

A reprogramação dos gastos públicos para a promoção de programas voltados à correção de desigualdades, redução da pobreza e empoderamento econômico de populações historicamente desfavorecidas são passos necessários para construir um futuro sustentável e justo

para todos. A expansão das redes de segurança social e a implementação de inovações exigem o estabelecimento de padrões de financiamento sustentáveis. O Estado precisa encontrar um equilíbrio entre a prestação de serviços e a responsabilidade fiscal, assegurando que as inovações não coloquem em risco a viabilidade financeira a longo prazo.

Nesse contexto, os sistemas de educação e saúde devem ser fortalecidos como pilares centrais da ação estatal. No setor educacional, é fundamental que os Estados garantam o acesso universal e de qualidade à educação, com reformas curriculares que integrem a sustentabilidade, diversidade e transformação digital. Na esfera da saúde, os Estados devem aprimorar seus sistemas de vigilância sanitária, promover a equidade no acesso a cuidados de saúde, criar e fortalecer sistemas universais de saúde e garantir que as políticas públicas de saúde sejam imunes a flutuações políticas. A inclusão de tecnologias e a cooperação internacional na área da saúde também serão fundamentais para melhorar a resposta dos Estados a crises globais, como futuras pandemias.

Promoção de uma diplomacia mais inclusiva

A diplomacia do futuro deve se afastar dos modelos coloniais e das estruturas institucionais assimétricas, e adotar uma abordagem que valorize a diversidade de vozes globais, especialmente as do Sul Global. Os Estados devem liderar uma reforma nas instituições multilaterais, garantindo maior participação e representatividade de países em desenvolvimento nas decisões internacionais.

Uma iniciativa do G20 para garantir o aumento da resiliência dos sistemas de proteção social é o Fundo de Pandemias, que busca apoiar financeiramente os países de baixo e médio rendimento a reforçar as capacidades para identificar, notificar e conter futuras pandemias.

Lançado sob a presidência da Índia, sua primeira rodada de investimento, em julho de 2023, mobilizou 2 bilhões de dólares para apoiar 37 países para melhor detectar e prevenir crises sanitárias. Em julho de 2024, os Estados Unidos anunciaram uma contribuição de US\$ 667 milhões para a segunda rodada de investimentos do Fundo das Pandemias. Em dois anos, o fundo já levantou US\$ 2 bilhões em recursos e pretende levantar outros US\$ 2 bilhões.

Em 2024, a presidência do Brasil lançou a Aliança Global contra a Fome, com o objetivo de estabelecer um mecanismo prático para mobilizar recursos financeiros e conhecimento de onde são mais abundantes e canalizá-los para onde são mais necessários, apoiando a implementação e a ampliação da escala de ações, políticas e programas no nível nacional de combate à fome e à pobreza.

Para cumprir seus propósitos, a Aliança está baseada em três pilares: nacional, financeiro e de conhecimento. No primeiro, os países membros se comprometem a adotar políticas efetivas. Já o segundo tem por objetivo compor e alinhar uma variedade de fundos globais e regionais existentes para apoiar os países a implementar programas contra a fome e a pobreza. O terceiro pilar, por sua vez, serve como um polo de conhecimento dedicado a promover a assistência técnica e o compartilhamento de experiências entre os membros da Aliança.

O Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, deve ser reformado para incluir cadeiras permanentes para países de diferentes regiões, refletindo melhor a realidade geopolítica atual. A diplomacia internacional precisa valorizar um maior diálogo com a sociedade civil, com os chamados non-state actors, reconhecendo-os como atores ativos na formulação de políticas externas.

Portanto, os Estados do futuro enfrentarão desafios crescentes, mas com uma abordagem inclusiva, inovadora e cooperativa. Eles poderão liderar a transformação necessária para criar um mundo mais justo e sustentável. Por meio do fortalecimento do multilateralismo, da reparação histórica, da justiça social, da transformação digital inclusiva e de políticas econômicas progressivas, os Estados poderão superar as crises do presente e construir um futuro mais promissor para todos os seus cidadãos.



O diálogo continua

STATES OF THE FUTURE



Gil Tuchtenhagen

O G20 tem a possibilidade de continuar reforçando seu papel como agregador de lideranças globais que enderecem de forma decisiva os maiores desafios do mundo de hoje. As principais economias do mundo, que também representam o maior contingente populacional, podem reunir esforços e criar soluções voltadas para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e o crescimento econômico responsivo e igualitário.

Apesar de ser um ator central não só no G20, como em outros mecanismos multilaterais, o Estado tem sido alvo de significativos questionamentos e ataques. Conforme argumentado ao longo desse relatório, é preciso reposicionar o Estado como promotor e assegurador de direitos, além de agente indutor do desenvolvimento. Os desafios do presente e do futuro só poderão ser enfrentados por meio dos Estados e em diálogo com eles.

Assim, é imprescindível que os líderes do G20 reflitam sobre a importância do debate acerca da atuação dos Estados na criação e implementação de soluções e alternativas para um futuro inclusivo, sustentável, participativo e igualitário. A próxima presidência da Cúpula tem

a oportunidade de assegurar um espaço permanente no quadro do G20 para a reflexão sobre como os Estados podem promover sua própria atualização e desempenhar um papel de liderança no enfrentamento dos problemas que afetam todas as sociedades — e o planeta, em outra escala. O States of the Future buscou colaborar com essa construção.

A esperança segue sendo uma forma de criar perspectivas de futuro por meio de escolhas que são feitas no presente, como destacado no relatório Signals Spotlight 2024 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Esperança é engajamento e construção coletiva. É tarefa dos Estados Nacionais like-minded e de seus povos.

A necessidade de construir o Estado do Futuro entrou definitivamente na agenda pública mundial. O Estado está de novo na moda, trazido de volta pela incapacidade dos mercados de proporcionarem respostas às múltiplas crises deflagradas nas duas primeiras décadas do século XXI: 11 de setembro, crise financeira global de 2007/2008, BREXIT, Covid19, Ucrânia etc. As incertezas e os desafios que a sociedade atual enfrenta — desde as alterações climáticas à digitalização, passando pela globalização econômica e pelas crescentes desigualdades sociais — obrigam os governos a adaptar suas estruturas e mecanismos de governança para garantir a estabilidade, o bem-estar dos seus cidadãos e o desenvolvimento sustentável. Os desafios complexos do século XXI exigem que os Estados redefinam e reforcem as suas capacidades para lhes dar uma resposta contemporânea e pertinente.

O States of the Future, realizado em julho no Rio de Janeiro em paralelo às reuniões do G20, reuniu, durante uma semana, representantes do governo, da sociedade civil, do setor privado e especialistas para discutir os desafios para o Estado no século XXI. O evento buscou justamente evidenciar o papel do Estado no enfrentamento das múltiplas crises presentes que ameaçam os futuros possíveis.

A construção dos Estados do futuro demanda, portanto, muito diálogo e transformações profundas. É necessário modernizar a estrutura estatal, garantindo transparência, responsabilidade e profissionalismo na administração pública. Este documento apresenta contribuições para o debate sobre a transformação necessária para que os Estados sejam capazes de enfrentar os desafios globais e locais, promovendo um desenvolvimento democrático, equitativo, inclusivo e inovador.

É essencial que os Estados reforcem suas ferramentas de resposta às crises globais, promovendo um sistema de governança que seja transparente, participativo e orientado para o bem-estar coletivo. A inclusão das vozes historicamente marginalizadas e a promoção da justiça social devem ser pilares centrais nas políticas públicas dos Estados do futuro. A emergência climática e socioambiental deve estar no centro do debate e da ação. Somente por meio de um compromisso coletivo com a equidade, com a sustentabilidade e com a inovação será possível enfrentar os desafios do século XXI de maneira justa e eficiente.

Em um mundo cada vez mais interconectado e desafiado por crises globais, o Brasil tem buscado desempenhar um papel proativo, defendendo a necessidade de Estados mais inclusivos, eficientes e resilientes.

Mediante sua participação em fóruns internacionais, o Brasil tem defendido a importância de políticas públicas que integram avanços tecnológicos, promovem a justiça social e priorizam a sustentabilidade ambiental. Além disso, existe um esforço para incluir as vozes de non-state actors, inclusive comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, reconhecendo que qualquer solução para o futuro deve ser construída de forma inclusiva, respeitando a diversidade e os direitos humanos.

O Estado do Futuro está em construção. E o futuro do planeta depende dele.

O Brasil no cenário internacional

Essas reflexões e diálogos sobre o papel do Estado promovidos no âmbito do evento paralelo ao G20, States of the Future, inserem-se num arco maior de contribuições do Brasil em fóruns multilaterais no biênio 2024–2025. Fazem parte desse mesmo esforço a presidência pro tempore brasileira no Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), na XVII Cúpula dos BRICS, no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-30). Nessa perspectiva, o Brasil reafirma seu compromisso com a construção de Estados comprometidos com o combate à fome, à redução das desigualdades, ao fomento do desenvolvimento econômico e à proteção do meio ambiente.



Organização



Apoio

**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**

República.org

Realização



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

